

Ribeira Grande de Santiago Património da Humanidade – O trajeto de uma candidatura

Fernando Pires¹

Resumo

Em junho de 2009, a cidade da Ribeira Grande de Santiago foi declarada pela UNESCO património da humanidade. O facto de terem sido os cabo-verdianos a sugerir esta nomeação revela a importância que este espaço representa para a sua identidade. A intenção do trabalho é refletir sobre a condição necessariamente problemática da discussão identitária das nações pós-coloniais. O que pretendo fazer é tentar uma aproximação a estas questões a partir da reivindicação, e da consagração, da Cidade Velha como património mundial.

Introdução

Em junho de 2009, a cidade da Ribeira Grande de Santiago foi declarada pela UNESCO património da humanidade. No entanto, longe de alcançar a escala de monumentalidade de outros núcleos da expansão, à primeira vista, a Cidade da Ribeira Grande pouco revela.

Os critérios utilizados pela UNESCO evocam os vestígios dos monumentos e a paisagem como testemunhos do papel que outrora a Ribeira Grande desempenhou nas primeiras trocas comerciais intercontinentais. Outro aspeto considerado relevante para a classificação foi o reconhecimento daquele espaço como o lugar de encontro de raças e culturas, berço da primeira sociedade crioula mestiça e lugar de partida para a difusão dessa cultura através do Atlântico, que se foi adaptando aos vários contextos coloniais da América e Caraíbas.

O facto de terem sido os cabo-verdianos a sugerir esta nomeação revela a importância que este espaço representa para a sua identidade. Um lugar como a Ribeira Grande – que abriu as suas portas para o início daquilo que seria a maior e a

¹ Doutorando da 1ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

mais dolorosa diáspora atlântica do homem negro, primeiro em relação à Europa e depois em direção às Américas – transporta em si um passado cheio de recordações amargas que são evidentes na violência do tráfico negreiro. Contudo, os cabo-verdianos não podem prescindir delas para descobrirem a sua própria identidade.

A intenção do trabalho é refletir sobre essa condição necessariamente problemática da discussão identitária das nações pós-coloniais. No caso de Cabo Verde existem, naturalmente, vários os aspetos a ter em conta. O que pretendo fazer é tentar uma aproximação a estas questões a partir da própria reivindicação e da consagração da Cidade Velha como património mundial. Ou seja, cabe questionar em que medida o Estado de Cabo Verde não fez uma espécie de superação do seu dilema interno transportando-o para a escala mundial, e vice-versa, até onde o discurso internacional precisa de se rever na consagração destes espaços que representam o dito encontro de culturas e as suas vicissitudes.

Importa ainda questionar as próprias resistências internas a este discurso. No caso específico da Ribeira Grande, a questão da sua aparente falta de escala monumental também é um aspeto a considerar, na medida em que exige uma maior insistência no carácter discursivo do enunciado, uma vez que, materialmente, pouco se vê. Neste sentido, cabe perguntar-se de que maneira a ideia da Cidade Velha como elemento da identidade nacional foi, ou é, apropriada pela sociedade.

O projeto e o processo de Candidatura

Quatro anos após a independência nacional, os cabo-verdianos começaram a dar os primeiros passos na tentativa de preservar o seu património nacional. No entanto, só em 1990 é que se iniciou o primeiro processo de candidatura da Ribeira Grande. Esta candidatura foi recusada em 1992, porque o dossier técnico não cumpria as condições exigidas. No entanto, no mesmo ano de 1990 declarou-se internamente a Ribeira Grande como património nacional de Cabo Verde. Os cabo-verdianos não desistiram e, em 1998, convidaram o arquiteto Álvaro Siza Vieira para, em conjunto, elaborarem um plano de reabilitação e salvaguarda da Ribeira Grande, tendo como objetivo a sua inscrição na lista do património da UNESCO, facto que acabaram por conseguir em junho de 2009.

Para que um sítio seja incluído na lista do património mundial, a primeira condição imposta pela UNESCO é o bem possuir um “valor excepcional”. Satisfazer o critério de “autenticidade” é outra condição. É preciso que o bem, ao longo do tempo, não tenha sofrido intervenções de forma a o descaracterizar. Cumprindo as duas primeiras condições, em seguida, o bem deverá integrar um dos dez critérios de seleção da UNESCO apontados na Convenção e satisfazer pelo menos um. Estas categorias e critérios encontram-se definidos na Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) e nas Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial (1972). Os critérios são regularmente revistos pela comissão em função da evolução do conceito de património mundial. Até ao final de 2004, os sítios candidatos a Património Mundial eram selecionados com base em seis critérios de ordem cultural e quatro critérios de ordem natural. Com a aprovação dessa revisão, estes dez critérios passaram a ser considerados num todo, extinguindo-se as divisões entre os culturais e naturais.²

Foram quatro os critérios invocados pelo governo cabo-verdiano na candidatura da Ribeira Grande a património da humanidade, que correspondem aos itens ii, iii, iv e vi.³ A base da candidatura assentou na invocação do passado da Ribeira Grande como tendo sido um espaço que, num determinado momento da História, representou uma etapa decisiva da expansão europeia e na ligação entre espaços a partir do século XV.

As palavras do diplomata José Duarte, que conduziu o processo na UNESCO, traduzem as razões da candidatura da Ribeira Grande, esta afirmação é importante e será comentada mais à frente: “A inscrição da Cidade Velha é um dever de memória e será também uma grande homenagem ao povo cabo-verdiano, porque, desde já, simboliza e simbolizou o cruzamento de culturas e de raças. É o berço da nossa cabo-verdianidade.”⁴

A UNESCO, na sua apreciação, acatou apenas três dos quatro critérios apresentados por Cabo Verde. Considerou que o centro histórico da Ribeira Grande demonstrava

²UNESCO (2009), “The Criteria for Selection”. Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/criteria/>

³ UNESCO (2009), “Cidade Velha, Historic Centre of Ribeira Grande”. Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/1310.%202011>

⁴ A Semana (2009), “Cidade Velha conhece a sua sorte enquanto património mundial esta semana”, 22 de junho. Consultado em 18 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article42709>

valor excepcional, reconhecendo que foi, efetivamente, a primeira cidade colonial a ser construída nos trópicos e que deu um passo decisivo na expansão europeia no final do século XV, tanto para a África quanto para a América. Considerou a autenticidade e a integridade do conjunto como aceitável e também enfatizou os perigos a que o bem estava sujeito devido à sua fragilidade. Contudo, e tendo em conta a apreciação feita pelo ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), achou não considerar o critério n.º iv, justificando que:

Criterion (iv). Furthermore, although the urban planning and the monuments of Ribeira Grande are at an early stage of the timeline of European colonisation, and although they have some notable architectural aspects, they are not sufficiently unique or in an appropriate state of conservation and authenticity/integrity to justify outstanding universal architectural and urban value⁵

É importante chamar a atenção para o facto de que Cabo Verde já tinha feito uma primeira candidatura que foi recusada, em 1992. Nesta ocasião, a deliberação da UNESCO apontava que, embora o sítio possuísse valor histórico indiscutível, não cumpria os critérios para inscrição na Lista do Património Mundial. Por três razões: em primeiro lugar, os monumentos históricos ou tinham sido excessivamente restaurados ou estavam em estado avançado de degradação; em segundo lugar, os monumentos históricos estavam em locais dispersos numa cidade moderna de qualidade arquitetónica medíocre. Por fim, a UNESCO chamava a atenção para o facto de não haver, por parte de Cabo Verde, nenhum plano de gestão para o lugar.

Esta situação é pertinente e leva a questionar os critérios de avaliação da UNESCO e o discurso institucional proferido para a classificação de sítios e objetos. A discussão remete para a reflexão de Ian Hodder, que põe em causa esse discurso, associando alguns aspetos relativos aos direitos humanos às questões patrimoniais ou de patrimonialização de sítios. Hodder considera que os critérios utilizados na classificação de sítios e monumentos e a forma como estes são aplicados por organizações como a UNESCO, não são, às vezes, muito favoráveis para as populações dos sítios. Critica o processo sobretudo pelo seu excessivo academismo. Chama a

⁵ UNESCO (2009), "The Criteria for Selection". Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/criteria/>

atenção para o discurso proferido por estas organizações, como as Nações Unidas e dos direitos humanos, no sentido de se poder encontrar outros mecanismos que ajudem na avaliação do património para além dos critérios até agora definidos. O autor frisa que outros critérios poderiam ser considerados na avaliação, tendo em conta a promoção de mais justiça social e bem-estar das pessoas. É verdade que, como já foi dito, os critérios são regularmente revistos e é precisamente neste sentido que Hodder alerta, tendo em conta que cada vez mais há sítios e monumentos que estão a contribuir para o desenvolvimento económico e bem-estar social das comunidades onde se encontram implantados e que por isso os critérios deveriam ser mais abrangentes. (Hodder, 2010: 861-882).

No entanto, cabe também acautelar os problemas. Se tomarmos, por exemplo, o caso de Cabo Verde, em particular da Ribeira Grande, onde existe uma população agrária e pobre, com certeza essa população vai ver a suas atividades limitadas, ou suspensas, devido ao facto da Cidade Velha se ter tornado património da humanidade.

Será que as limitações impostas pela patrimonialização do sítio poderão servir, não como uma limitação, mas sim como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida daquela população? A História o dirá. Mas não seria a primeira vez que Cabo Verde nos dá lições de gestão de poucos recursos ou em reverter situações desfavoráveis a seu favor. Esta eventual capacidade demonstrada pelos cabo-verdianos de transformar situações difíceis a seu favor, será tema de reflexão a seguir. Antes disso, cabe procurar ver a efetiva dimensão histórica da cidade que se declarou Património da Humanidade.

O Passado no passado – O tempo da Ribeira Grande, breve história

José Bacelar Bebiano (1929), nos seus estudos sobre a formação sedimentar das ilhas de Cabo Verde, concluiu que estas não fazem parte de um continente perdido, nem de qualquer um dos continentes conhecidos. Não existem evidências das relações que se pretendem estabelecer entre o continente africano e o arquipélago. Os arquipélagos de Cabo Verde, dos Açores, da Madeira, das Canárias e das Ilhas Selvagens integram a Macaronésia. São territórios, literalmente, atlânticos.

É essencialmente nas relações económicas com outras regiões que se podem encontrar explicações para o percurso histórico cabo-verdiano. Sendo Cabo Verde um arquipélago praticamente sem riquezas naturais significativas que lhe pudessem conferir algum protagonismo, o seu maior trunfo foi a sua capacidade para desempenhar um papel ativo na rede de trocas e de circulação entre diferentes áreas do globo, com climas e civilizações distintos, conforme sublinhou António Correia e Silva (1995: 1). Mas esse tipo de lugares, cujo valor histórico é constituído na base de relações com outros espaços, vivem, por natureza, em equilíbrio frágil. Qualquer mudança que se dê num dos pontos da rede, poderá vir a causar uma turbulência noutra ponto. Foi o que aconteceu com a Ribeira Grande.

A principal razão para a fixação naquele local foi de ordem geoestratégica. A proximidade da ilha de Santiago com a Costa Ocidental Africana potencializava o comércio que se intentava fazer com o continente. Para além do facto, deveras significativo, do arquipélago estar desabitado, a condição insular e a segurança relativa que oferecia, constituíram outras das razões para a instalação, ali, de um porto de escala e de armazenamento de mercadorias. Espaços com estas características, são geralmente apetecíveis para a instalação de estruturas de controle fiscal. Assim, logo após o achamento das ilhas, em 1460, o território foi integrado no património da coroa portuguesa, ficando submetido à sua soberania. Estabeleceu-se em seguida o sistema de capitánias, nomeando-se um capitão donatário para proceder às ações de povoamento e à criação de uma estrutura económica própria para o desenvolvimento da ilha. Este procedimento constituiu, de facto, o primeiro ato administrativo sobre Cabo Verde. Foram deslocadas para Santiago as primeiras famílias originárias do sul de Portugal, despoletando-se assim o processo de povoamento (Silva, 1995: 3).

O núcleo inicial da povoação desenvolveu-se a partir da zona portuária localizada junto à baía e dela faziam parte algumas instalações como o ancoradouro, o almoxarifado, o presídio, armazéns e mais a norte algumas casas de comerciantes moradores. Até ao final do século XV, pouco ou nada podemos avançar acerca das restantes edificações que constituíam o aglomerado. No entanto, sabemos que em 1495 se encontrava em fase de construção a capela que, mais tarde, viria a ser a igreja de N. Sr.^a do Rosário. Sucessivamente, em 1497, dava-se início à construção do hospital da Misericórdia. Até então ainda não tinha sido atribuído à Ribeira Grande o

estatuto de vila, embora tudo levasse a crer que já nesta altura tivesse condições de o ser, algo que só viria a ser reconhecido em 1512.

A partir do século XVI, a intensificação do comércio de escravos em direção à América – que se transformou no elemento base da economia da Ilha de Santiago – fez com que a vila e o seu porto florescessem. Foi neste período que a povoação teve o seu maior crescimento urbano. No princípio do século XVII descreve-se a cidade com três bairros: o bairro de S. Pedro, o bairro de S. Brás e o bairro de S. Sebastião. A Ribeira Grande tinha o seu espaço urbano perfeitamente consolidado, ocupando praticamente toda a área disponível dentro do vale e com algum avanço para uma plataforma exterior.

No entanto, desde os finais do século XVI, uma série de acontecimentos abalaram profundamente a vivência da Ribeira Grande. O espaço que Espanha e Portugal julgavam pertencer-lhes em exclusividade (validado pelos acordos ibéricos de Alcáçovas, 1479 e Tordesilhas, 1494), foi invadido por outros atores e começou a sofrer as primeiras incursões exploratórias mercantis e de corsários, primeiro de franceses, depois de ingleses e holandeses.

Nesta conjuntura, a Ribeira Grande sofreu vários ataques de piratas e foi sucessivamente pilhada tendo sido destruídos grande parte dos seus edifícios principais. Em 1614, o tráfego, que até então passava obrigatoriamente pelo porto de Santiago, foi desviado para Cacheu, reduzindo assim os rendimentos do burgo. A somar a esta situação, os sucessivos anos de seca vieram contribuir para agravar o quadro, provocando o contínuo êxodo da população urbana com destino ao interior da ilha, que se processou desde a segunda metade do século XVII até ao século XVIII. Em 1754, a situação de decadência da Ribeira Grande era evidente. O bispo abandonou a cidade e cinco anos depois a sede do governo foi efetivamente transferida para a vila da Praia, situada a escassos quilómetros.

Dez anos após o abandono da cidade pelo Bispo, os oficiais da câmara relatavam da seguinte forma a situação da Ribeira Grande:

Pomos na Real presença da Vossa Majestade a última e total ruína em que se acha esta Cidade e Ilha, e para firmeza de sua decadência, basta dizermos à V. Majestade que não há nela cadeia, aonde se prendam os criminosos, por cuja razão se não pode administrar a

justiça, as casas da casa Câmara destruídas, o açougue por terra, as calçadas arruinadas, e finalmente, Senhor, é a segunda Troia destruída [...]⁶

Este quadro de ruína entra definitivamente no imaginário da cidade colocando-a, desde então, numa espécie de lugar fora do tempo. Um lugar que se via em perda, em desamparo. Houve algumas tentativas de reconstrução de alguns edifícios como forma de resgatar a cidade mas todas foram em vão. Em 1858, a Vila da Praia foi elevada à categoria de cidade e isso consumou definitivamente a ruína da Ribeira Grande. Talvez tenha sido a partir deste momento que a Ribeira Grande passou a ser referida como Cidade Velha, perdendo o seu nome e assumindo-se como um lugar do passado.

O Passado no presente – O discurso da recuperação do monumento

Embora esta leitura do espaço abandonado e arruinado tenha sido a imagem recorrente, seria injusto dizer-se que nada foi feito no sentido de preservar a Cidade Velha. Os primeiros discursos sobre a salvaguarda do património da Ribeira Grande começaram a surgir, em Cabo Verde, por volta da segunda metade do século XIX. Começou a questionar-se o destino a dar à cidade, uma vez que eram comuns os atos de retirada de alguns materiais de construção das ruínas, para servirem para outras construções. O próprio diretor das Obras Públicas de Cabo Verde sugeriu, em 1875, a demolição da Sé, para que com os seus materiais se fizessem novas construções na Cidade da Praia. Em 1938, o Governador Joaquim Pereira Marinho sugeria de novo que as pedras da Sé servissem para a construção de uma nova Sé no Mindelo onde, nesta altura, se pretendia erigir a capital de Cabo Verde. Outras depredações continuariam ainda a ocorrer por parte dos próprios habitantes da ilha, que se vieram somar à ação do tempo.

Partiu da iniciativa do governador Filipe de Carvalho um dos primeiros atos conhecidos para a proteção e salvaguarda da Cidade Velha. Trata-se da publicação, em 1922, de uma portaria que visava a conservação das ruínas da cidade.⁷ Mais iniciativas se juntaram a este ato do governador. Em novembro de 1938, o então delegado das

⁶ AHU, Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 25 doc. 46.

⁷ *Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde* n.º 14 de 8 de abril de 1922. Praia. Imprensa Nacional.

obras da Colónia Penal de Cabo Verde, escreveu à Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, denunciando as depredações e pedindo expressamente que fosse enviado um técnico a Cabo Verde para recolher elementos sobre a cidade, a qual descreve como:

[...] o entreposto de todas as nossas descobertas e conquistas e o último ponto de despedida das frotas que seguiam para as Terras de Santa Cruz e das que pela Costa da África procuravam o rei do Congo, do Preste João e as especiarias do Oriente, servindo no regresso de ponto de reunião.⁸

É importante registar os variados tipos de discurso que começam a brotar à volta da salvaguarda das ruínas. Neste caso, para justificar a necessidade de intervenção, o delegado enaltece aquilo que a Ribeira Grande foi. Adiante será retomado este ponto.

Em 1962, o arquiteto Luís Benavente foi destacado do Ministério do Ultramar para operar em várias colónias. Essa ação vinha ainda na sequência da revisão constitucional de 1951, quando se pode identificar uma viragem na política do Estado Novo em relação às colónias que visava, essencialmente, a melhoria da imagem de Portugal no contexto internacional. Para além da supressão de termos como “império” e “colónias”, que foram substituídos por “ultramar” e “províncias”, foram criados alguns organismos como o Ministério do Ultramar e o Gabinete de Urbanização do Ultramar que iria lidar com situações como a gestão das cidades e dos monumentos. Tudo leva a crer que foi neste âmbito que o arquiteto foi enviado para Cabo Verde com a tarefa de elaborar um plano de restauro com vista à salvaguarda do património português nas ditas províncias ultramarinas.

Importa realçar que Luís Benavente foi o delegado português que participou nos trabalhos da comissão que culminaria com a publicação da chamada “Carta de Veneza”, em 1964. Como se sabe, a publicação da Carta de Veneza trouxe mudanças importantes para o campo do património. Alargou-se o conceito de monumento histórico, que passou da criação arquitetónica isolada na obra para abranger conjuntos urbanos e rurais, assim como se procurou incluir os elementos mais modestos e não necessariamente monumentais. A especificidade civilizacional e a história eram os

⁸ Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Ordem de Serviço nº 07848 de 5 de novembro de 1938.

princípios orientadores da seleção. Agora não estavam em causa as grandes criações da humanidade, mas eram também contemplados os monumentos mais modestos que valiam pelo seu conjunto ou pela sua importância específica de cada caso.

Tendo em conta estes aspetos, Luís Benavente elaborou um plano para o restauro dos edifícios mais emblemáticos da Cidade Velha e mandou proceder a execução destes restauros. Em 1972, o arquiteto tinha praticamente concluído o trabalho a que se propôs, tendo realizado intervenções no pelourinho, em várias igrejas e na fortaleza de São Filipe. Além disso, estava a preparar um projeto de legislação para a proteção do património histórico artístico da província, para uma posterior classificação da Cidade da Ribeira Grande como monumento nacional, de Portugal, evidentemente.

Esta intervenção na Cidade Velha, vinda do Ministério do Ultramar, acabou por ser uma das mais significativas ações de salvaguarda do património em Cabo Verde durante o regime colonial. Mas convém esclarecer que a lógica da intervenção de Luís Benavente na Cidade Velha é uma lógica de restauro, objeto a objeto, tentando recriar e invocar um passado de glória, como o que estava implícito no discurso antes citado. Outro ponto a sublinhar é a própria posição da sociedade cabo-verdiana perante tal discurso. Lembremos que o período é conturbado. Entre 1962 e 1974, está-se em plena guerra de libertação nacional, que também coincide com o período de intervenção de Luís Benavente. No entanto, os cabo-verdianos parecem alinhar neste discurso de enaltecimento do lugar, talvez por outras razões, que mais adiante retomaremos.

Logo depois da independência deram-se os primeiros passos no sentido da preservação do património com a criação, em 1978, de uma comissão para a defesa e preservação dos monumentos nacionais. Em 1980, um consultor da UNESCO visitou o país com o objetivo de orientar a realização de um inventário dos bens e a definição de um plano de ação para a proteção do património. Em 1986, criou-se a Direção Geral do Património Cultural, depois integrada no atual Instituto de Investigação e do Património Cultural (IIPC). Em 1989, os governos de Cabo Verde e Portugal assinaram um protocolo de cooperação nesta área e coube à equipa do IIPC a tarefa das obras de consolidação das ruínas da Sé e a preservação de alguns túmulos no interior da igreja. No mesmo ano, as autoridades cabo-verdianas criaram um gabinete técnico local e estabeleceram uma zona tampão à volta da área da Cidade Velha a preservar.

Em 1990, após tentativa falhada na candidatura a património da humanidade, Cabo Verde declarou a Cidade Velha património nacional.

Nos anos seguintes houve algumas ações e intervenções realizadas no âmbito de protocolos de cooperação, sobretudo com Espanha. Mas, conforme já referido, terá sido a decisão de convidar, em 1998, o arquiteto Álvaro Siza Vieira para elaborar o plano de reabilitação e salvaguarda da Ribeira Grande, tendo como objetivo a sua inscrição na lista do património da UNESCO que, mais tarde, resultou na declaração da Cidade Velha como património da humanidade. Este aspeto parece ser significativo, e a ele se regressará neste texto, na medida em que denuncia o carácter estratégico da candidatura para Cabo Verde.

A questão da Identidade

Na primeira parte desta reflexão tentou-se fazer um enquadramento sobre o percurso histórico da Ribeira Grande. Sublinhou-se a preocupação com as questões de salvaguarda do património, tanto no discurso quanto na ação, antes e depois da independência. Cabe desde já notar que, em vários aspetos, elas implicam uma continuidade. No entanto, ainda não foram abordadas as questões relativas à formação da identidade cabo-verdiana e, sobretudo, o modo como estas manifestações de identidade se podem relacionar com os discursos relativos ao património.

Desde finais do século XIX e inícios do século XX que os ilhéus vinham a questionar a sua identidade dentro de um processo de afirmação regional. Cabe lembrar, neste processo, “O Mito Hesperitano” que serviu aos poetas cabo-verdianos da década de 1920-30 como lugar de identidade literária (Lopes, 1929). Note-se que o mito que identificava as ilhas com o jardim da Atlântida que os deuses costumavam usar para o seu repouso dota o arquipélago de uma existência autónoma, antes do próprio descobrimento, e inserida num passado clássico. O que é significativo, pois afirmaria uma espécie de paridade geográfica para as ilhas que não teriam surgido no mundo apenas pelo mérito dos Descobrimentos Portugueses, mas que partilhariam com Portugal o passado da cultura clássica.

No mesmo processo de afirmação da identidade regional cabe ver ainda a invocação de similaridades entre Cabo Verde e Brasil encontradas no movimento Claridade e nas vozes de vários poetas em busca de elementos de comparação que julgavam adequados para explicar a sua condição de sociedade intrinsecamente mestiça. Foi no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre que estes poetas encontraram a âncora para justificar tal discurso, pelo menos no começo, até a decepção (Lopes, 1956).

Mas foi na década de 1950, através do movimento Certeza, que o discurso identitário se encontrou diretamente com o discurso de libertação. Invocando o conceito de liberdade do homem e chamando a atenção do cabo-verdiano para as suas raízes africanas, Amílcar Cabral fundou, em 1959, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), exortando a ambos, ilhéus e nativos do continente, à resistência contra o colonialismo.

É importante realçar este projeto de mobilização identitária com a Guiné. Para além da invocação da raiz ancestral africana, a junção dos povos pretendia também recuperar a sua condição irmanada de submissão à mesma estrutura de dominação, remetendo para a organização administrativa colonial que ligava as duas áreas. Ou seja, o argumento histórico do processo colonial também foi utilizado pelo próprio movimento de libertação. No entanto, é especialmente significativo ver o quanto foi problemática, para ambos, esta mobilização conjunta que, como se sabe, foi desfeita depois da independência.⁹

De todos os modos, no cerne das reivindicações identitárias de Cabo Verde está sempre presente a questão dialética das suas relações com a Europa, por via dos colonizadores portugueses, e com África, por via dos escravos transportados para as

⁹ Sobre este aspeto é significativo ver o que o próprio Amílcar Cabral diz sobre as diferenças culturais, deixando claro que a base do discurso da união é o da resistência ao colonialismo e não numa mitificação de identidade única. “Numa análise mais profunda da realidade cultural, não se pode pretender que existem culturas continentais ou raciais. E isso porque, como a história, a cultura se desenvolve num processo desigual, ao nível de um continente, de uma “raça” ou mesmo de uma sociedade. As coordenadas da cultura, tal como as de qualquer fenómeno em evolução, variam no espaço e no tempo, quer sejam materiais (físicas) ou humanas (biológicas e sociais). O facto de reconhecer a existência de traços comuns e específicos nas culturas dos povos africanos, independentemente da cor da sua pele, não implica necessariamente que exista uma única no continente: da mesma forma que, do ponto de vista económico e político, se verifica a existência de várias Áfricas, há também várias culturas africanas” (Cabral, 1970. Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Syracuse, EUA – Programa de Estudos da África de Leste, em 20 de fevereiro de 1970). Consultado em 20 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.buala.org/pt/mukanda/libertacao-nacional-e-cultura>

ilhas. A junção dessas matrizes (africanas e europeias) foram fundamentais na formação nacional e são, naturalmente, reinvocadas para o discurso identitário. No entanto, nem sempre foi pacífica a aceitação desta condição, uma vez que através do tempo o discurso identitário foi-se alterando e ajustando, tanto de acordo com as circunstâncias históricas, como com os dilemas que se criaram quando ocorreram roturas sociais. Em várias circunstâncias, nas quais os cabo-verdianos tiveram que responder sobre a sua identidade, não deram sempre a mesma resposta. Ocasionalmente houve em que lhes pareceu estar mais próximos dos europeus, outras dos africanos, e outras ainda em que reivindicavam a sua condição híbrida.

Acerca das múltiplas identidades apresentadas pelo cabo-verdiano, Artur Monteiro Bento explica que:

[...] a identidade múltipla é uma estratégia de resistência à institucionalização de um mito fundador, baseada numa versão da história do país, como se os caboverdianos formassem uma coletividade hegemónica. [...] Apesar dessa multiplicidade de identidades, a disputa das elites pela memória oficial permanece como parâmetro para a reivindicação do nacional, a partir das demandas do passado. Enquanto essa demanda não for resolvida, a identidade plural mostra a sua força, sem que isso signifique conflitos de identidade, mas uma forma de luta contra a disputa das elites que tendem a construir um mito fundador baseado numa versão histórica. (Bento, 2010)

Com efeito, pode dizer-se que faz parte do projeto das “elites” cabo-verdianas a consolidação de um discurso identitário da nação. Não me parece, de todos os modos, que o discurso potencialmente produzido pelas elites (diga-se, os grupos sociais que tem detido o poder depois da independência) seja menos “múltiplo” que o que Artur Monteiro Bento aponta. A questão relativa à dialética entre a Europa e África, permanece basilar e, aparentemente, não se resolve pela negação ou afirmação, quer de um lado, quer de outro, mas pela própria relação entre ambos. Ou seja, o cerne do que se reivindica para a identidade cabo-verdiana é, precisamente, este encontro de culturas.

Podemos ver neste sentido, a estratégia de patrimonialização da Cidade Velha. Como afirma Stuart Hall (1999: 3-13), devemos pensar o património como uma prática discursiva. É uma das maneiras pelas quais a nação lentamente constrói para si uma

espécie de memória social coletiva. Assim como os indivíduos e as famílias constroem as suas identidades, em parte, pelo acumular de vários episódios da sua vida, também as nações constroem a sua identidade selecionando os seus vínculos, pontos altos e conquistas memoráveis numa “história nacional”.

Não é diferente a estratégia utilizada pelo Estado cabo-verdiano. Importa, no entanto, ver quais os aspetos específicos que são resgatados no caso da patrimonialização da Cidade Velha.

A cidade, a nação e a identidade – a estratégia de patrimonialização

Retomemos as palavras do embaixador de Cabo Verde na UNESCO quando entregou a candidatura e, naturalmente, ainda antes de saber os resultados: “A inscrição da Cidade Velha é um dever de memória e será também uma grande homenagem ao povo cabo-verdiano, porque, desde já, simboliza e simbolizou o cruzamento de culturas e de raças. É o berço da nossa caboverdianidade”¹⁰

Note-se as palavras-chaves utilizadas pelo Embaixador: “dever de memória” – o dever de memória não só dos cabo-verdianos, mas sobretudo do mundo, ou seja, de todos que por ali passaram. Aqui é evidente a estratégia de internacionalização utilizada no discurso dos governantes cabo-verdianos. Quando se dirige aos cabo-verdianos, o discurso aponta para o passado, mas imediatamente associado ao presente “[...] simboliza e simbolizou o cruzamento de culturas e de raças”, seguido de “É o berço da nossa caboverdianidade”, o que transforma a frase quase numa equação lógica: o cruzamento de culturas e raças igual a cabo-verdianidade. Logo após a atribuição do título de património da Humanidade pela UNESCO, o discurso do Ministro da Cultura retoma alguns destes aspetos e acrescenta outros:

Para nós, caboverdianos, Cidade Velha já é património da humanidade. As ruínas dos monumentos estão lá para provar a história secular deste sítio de memórias. Os documentos históricos estão lá para provar que Cidade Velha foi o centro do Atlântico Norte nos séculos 15,16 e 17; os factos estão lá para confirmarem que ela serviu de placa giratória e de ponte que ligou quatro continentes: África, Europa, América e Ásia.

¹⁰ Cf. nota 4.

Finalmente, o elemento que para nós é decisivo no processo de reconhecimento é o facto de a Cidade Velha ter sido o laboratório que formou e formatou uma cultura nova - a nossa criouldade -, incorporada pela língua, pela música, por hábitos e costumes, pela filosofia e pelo imaginário cabo-verdiano, em fim, por tudo o que constitui a nossa singularidade histórica e antropológica, a qual antes ao século XV não existia. Cidade Velha acrescentou mais valia ao património da humanidade e, por isso, o não reconhecimento desse estatuto contribuiria para o empobrecimento do património da humanidade.¹¹

Note-se que, neste discurso, a ênfase do primeiro parágrafo reside nas palavras “provar” e “confirmar”. A cidade é, ela própria, a prova dos factos que se passaram nela, as ruínas da cidade somam-se aos documentos e são um documento da história, e a história é a da importância da Cidade Velha para o comércio atlântico dos séculos XV, XVI e XVII. O que fica aqui subentendido é que este comércio era o tráfico negreiro que é referido, também de maneira sublimada, na frase seguinte, que diz que a cidade foi a “placa giratória” que ligou os quatro continentes. O discurso reforça que o reconhecimento da UNESCO apenas confirmou aquilo que já era evidente para os cabo-verdianos e que os “outros”, eventualmente, ainda não tinham entendido: “Para nós, caboverdianos, Cidade Velha já é património da humanidade”. O que é importante, porque projeta o sentido da responsabilidade deste reconhecimento para o mundo que, se não o tivesse feito, ficaria mais pobre.

Após o argumento das provas do passado confirmado, o ministro regressa ao presente e realça a modernidade de Cabo Verde. Destaca as singularidades dos cabo-verdianos, a sua “criouldade” que incorpora “língua, música, hábitos e costumes, filosofia e imaginário” e termina a frase dizendo que “antes do século XV não existia”. O argumento pode ser lido como um reforço da modernidade de Cabo Verde, que de facto surgiu no mundo na Idade Moderna, mas também pode ser lido como uma nova remissão para a própria história, querendo dizer que as “responsabilidades” da existência de Cabo Verde remetem para o quadro da expansão europeia.

¹¹ Governo de Cabo Verde (2009), “Intervenção MC por ocasião do Encerramento do Fórum Cidade Velha Património da Humanidade”, 26 de janeiro. Consultado em 23 de dezembro de 2015, disponível em http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=1260:intervencao-mc-por-ocasio-do-encerramento-do-forum-lcidade-velha-patrimonio-da-humanidader&catid=13&Itemid=74&lang=pt. 2009

Mas é especialmente significativo seguir os argumentos do discurso proferido pelo presidente da República após o reconhecimento da Cidade Velha como património da Humanidade.

Para Nós, cabo-verdianos, a Cidade Velha sempre foi património da humanidade e a emanção da criouldade, do universalismo e da globalização, e em consequência, um lugar de memória a que urge preservar e valorizar. Traço de união entre povos de quatro continentes, Ribeira Grande de Santiago, melhor, Cidade Velha, foi a parteira de um caldo de culturas, engendrado por gentes de várias proveniências, que da sua síntese originou, na minha opinião, uma outra cultura e forjou um povo genuinamente crioulo que, entre outras coisas, inventou a nossa língua materna e teceu, igualmente, uma forma de estar otimista, alegre e esforçada. Por ser uma experiência pioneira, até podia ser um excelente laboratório de estudo para cientistas sociais.¹²

Note-se que a primeira frase é uma repetição, ainda mais enfática, do argumento utilizado pelo ministro, pois diz que, para os cabo-verdianos, a Cidade Velha “sempre foi” património da Humanidade, logo “lugar de memória” que deve ser preservado. Mas o melhor do discurso do presidente é quando se refere ao nome da cidade e diz “Ribeira Grande de Santiago, melhor, Cidade Velha”. Podemos ler esta frase como uma espécie de lapso freudiano. A Ribeira Grande de Santiago foi a cidade que existiu no passado, a cidade da qual hoje restam só ruínas. É melhor, de facto tratá-la como Cidade Velha, porque, ainda que se queira evocar a memória do passado, é prudente que este passado não ensombre o presente. A Cidade Velha coloca o passado no passado, o que de certo modo importa ao sentido da sua evocação que é recuperar a memória do passado, mas não o repetir.

Em qualquer destes discursos é visível o papel que a patrimonialização da Cidade Velha ocupa na agenda política de Cabo Verde. Torna-se evidente que o empenho no reconhecimento da Cidade Velha tem sido feito como um meio para também solidificar internacionalmente Cabo Verde como nação, reconhecendo o seu estatuto e a sua cultura. Tal intenção de internacionalização de Cabo Verde não tem sido escamoteada. Não o foi no processo de candidatura como quando, por exemplo, se

¹² A Semana (2009), “Mensagem de 5 de julho: PP preocupado com o impasse da Revisão Constitucional e com a crise mundial”, 6 de julho. Consultado em 18 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article43167>

contratou o arquiteto Álvaro Siza Vieira para dar um impulso internacional à campanha. Nem depois do reconhecimento, quando se apela para o discurso da dita “placa giratória” entre os quatro continentes. Mas, se o discurso foi assumidamente feito, em boa parte, para o exterior, é interessante ver como ele é lido internamente.

Tomemos como exemplo as observações feitas por uma personagem do romance histórico *A morte do Ouvidor*, de Germano de Almeida, recentemente publicado. A dada altura diz a personagem (que é no romance uma espécie de alter-ego do escritor):

[...] a Cidade Velha mereceu ser elevada à dignidade de património universal, assim uma espécie de memória da herança da humanidade, como aliás pelo menos um dos nossos historiadores terá sugerido, um espaço onde a multiracialidade atingiu um grau de perfeição até hoje não igualado no mundo, porém não já pelo património existente, porque das muitas e boas casas de pedra e cal que possuía, dizem que até muitas de cantaria de Portugal, casas acasteladas ao gosto da arquitetura do século XVI, resultado de combinações de elegantes arabescos e esbeltas e soberbas colunas com grandiosos maciços góticos, pois bem, do grosso de toda essa glória passada, sobrevivem poucos vestígios. (Almeida, 2010: 125)

O que me parece interessante nesta fala, para além de alguma eventual ironia, é o facto da personagem admitir que a Cidade Velha mereceu o título de património da humanidade, por razões que são similares às do discurso oficial, mas “não já pelo património existente”. Embora nos tenham chegado alguns relatos feitos por navegantes que passaram pela cidade e a descreveram, não parece provável que ela alguma vez tenha tido as “casas acasteladas” que a personagem refere. A ideia da suposta monumentalidade que a Ribeira Grande terá tido no passado faz parte dos mecanismos de mitificação que naturalmente estes processos engendram.

Mas é pertinente notar a relativização do discurso interno em contraste com o empenho externo. Convém lembrar que foi precisamente o critério (iv), que refere à excecionalidade do conjunto, que a UNESCO entendeu não aprovar na classificação da Cidade Velha.

A cidade, o mundo e a diáspora – considerações finais

Considerando que o discurso de patrimonialização da Cidade Velha terá investido sobretudo no reconhecimento internacional de Cabo Verde, cabe perguntar até onde este empenho, para além da óbvia agenda política de afirmação da nova nação, também não se poderá ligar a outro aspeto da questão identitária que é a leitura da(s) diáspora(s), históricas e contemporâneas.

Cabe aqui invocar o “Atlântico Negro” a que Gilroy se refere no seu artigo (2002), que representa metaforicamente a rede comercial que foi montada a partir do século XV, no Atlântico, que possibilitou o fluxo migratório de africanos em direção às Américas e Caraíbas. Para além de constituir um dos maiores deslocamentos populacionais de que se tem memória, esse fluxo também possibilitou às populações negras formarem uma nova cultura durante o próprio processo de diáspora. Segundo o autor, essa nova cultura não pode ser identificada exclusivamente com a cultura dos lugares de chegada, no caso, caribenha, americana ou britânica mas também não pode ser lida meramente como africana, mas sim, uma síntese de todas elas, em conjunto.

Gilroy alude à emergência de uma cultura híbrida que, pela sua natureza e característica, ultrapassa as fronteiras traçadas pelas linhas da etnicidade e nacionalidade. O autor coloca o foco da sua análise na noção de diáspora, baseando-se nos exemplos tirados das fontes judaicas e transportando-os para o entendimento da política e da história negra. A diáspora, para Gilroy, para além de romper com uma série de laços antes existentes entre o indivíduo e o lugar de origem, também rompe com o poder do território para determinar a identidade.

O modelo apresentado no “Atlântico Negro” aponta para a desterritorialização da cultura, centrando-se nas relações estabelecidas na sequência da diáspora que favoreceram a formação de um circuito comunicativo que extrapola as fronteiras étnicas do Estado-nação, permitindo às populações dispersas conversar, interagir e efetuar trocas culturais. O autor cita a teoria da dupla consciência elaborada por Du Bois, a partir da qual discute a construção e a plasticidade das identidades negras, propondo que a dupla consciência emerge das experiências de deslocamento e reterritorialização das populações negras que, de certo modo, redefinem o sentimento de pertença.

O livro coloca em primeiro plano a cultura vernacular negra, dando ênfase aos códigos de comunicação extra linguísticos definidos pela instituição escravidão. As expressões artísticas que emergiram dessa cultura encontraram na música e na dança um substituto para as liberdades políticas formais que lhes eram negadas.

Ao tentar projetar para Cabo Verde as teorias da diáspora desenvolvidas por Gilroy, encontrei alguns pontos comuns interessantes.

A formação da cabo-verdianidade deu-se a partir do século XV, quando a coroa autorizou que os portugueses residentes na Ribeira Grande pudessem adquirir africanos na costa da Guiné. Houve, naturalmente, da parte desta população deslocada um desenraizamento territorial e cultural e, ao mesmo tempo, uma secessão de laços de solidariedade entre eles e os seus locais de origem, aquilo que Gilroy designou de desterritorialização da cultura. Esse processo diaspórico terá possibilitado a emergência de uma nova cultura. Saber como se deu, em Cabo Verde, a emergência dessa nova cultura resultante da diáspora africana e dos processos de miscigenação, é uma pergunta estimulante que pode ter várias respostas, mas que também podem direcionar a reflexão para outros caminhos que não importam aqui (Gilroy, 2002: 273-278).

O que me ocorre, desde logo, é a possibilidade de conectar o conceito apresentado por Gilroy para o ver no contexto da patrimonialização da Cidade Velha. Considerando que uma das ideias fundamentais defendidas pelo autor é a emergência de uma cultura híbrida que ultrapassa as noções de fronteiras étnicas ou nacionais, é interessante ver quanto o discurso da patrimonialização da Cidade Velha investe neste aspeto. Lembremos que nos critérios apresentados para sustentar a candidatura está lá, reconhecido pela UNESCO, que a

Ribeira Grande was the cradle of the first fully fledged mixed-race Creole society. Creole culture then spread across the Atlantic, adapting to the different colonial contexts of the Caribbean and Americas. Its forms affected many fields including the arts, social customs, beliefs, the pharmacopoeia, and cooking techniques. Ribeira Grande is an important initial link in an intangible heritage shared by Africa, the Americas and Europe.¹³

¹³ UNESCO (2009), "Cultural properties - New Nominations - Cidade Velha, Historic Centre of Ribeira Grande (Cape Verde)" Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/decision/1952>.

Como já vimos, nos discursos dos políticos cabo-verdianos repetem-se estes mesmos argumentos, reforçados com expressões que situam Cabo Verde como “placa giratória” entre os quatro continentes. O que me parece é que Cabo Verde (ou melhor, a Cidade Velha) propõe-se como um lugar simbólico deste não-lugar da cultura diaspórica. Insistindo na linha que remete para a própria identidade múltipla de Cabo Verde, que por vezes se vira para África, por vezes para Europa e por vezes ainda reafirma a sua condição atlântica por excelência e, por isso, se situa, legitimamente, entre os continentes.

Esta legitimidade geológica serve bem ao caráter diaspórico, pois representa, por um lado, esta “placa giratória” natural e, por outro, reafirma a multiplicidade pois faz os cabo-verdianos serem de toda a parte, quer das que vieram (África e Europa), quer das que foram (América e Mundo). Esta questão universaliza o discurso e, ao mesmo tempo, ajuda a sublimar a questão mais traumática, que é a da condição violenta da primeira diáspora africana para e a partir das ilhas. Além disso, reforça também o sentido de identificação das próprias comunidades cabo-verdianas que continuam a diáspora contemporaneamente. Mas o que é talvez mais significativo é poder fornecer um lugar simbólico para o discurso da diáspora à escala universal.

Referências Bibliográficas

- Arquivo Histórico Ultramarino, Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 25 doc. 46. Lisboa
- Almeida, Germano (2010), *A Morte do Ouvidor*. Lisboa: Caminho.
- Andrade, Mário de (1976), *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral*. Lisboa: Seara Nova.
- A Semana (2009), “Cidade Velha conhece a sua sorte enquanto património mundial esta semana”, 22 de junho. Consultado em 18 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article42709>
- (2009), “Mensagem de 5 de julho: PP preocupado com o impasse da Revisão Constitucional e com a crise mundial”, 6 de julho. Consultado em 18 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article43167>
- Bebiano, José Bacelar (1929), “A Situação Científica do Arquipélago de Cabo Verde : O Vulcão do Fogo: Uma das Maiores Belezas Geológicas do Mundo”, *Boletim Geral das Colónias*, Ano V(45), 3-13.
- Bento, Artur Monteiro (2010), “A Identidade Caboverdiana: História, Espaço e Deslocamentos”. *Pró-África*, 9 de novembro. Consultado em 2 de abril de 2011, disponível em <http://pro-africa.org/identidade-caboverdiana-historia-espaco-deslocamentos/>.

- Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde* n.º 14, 8 de abril de 1922. Praia: Imprensa Nacional.
- Cabral, Amílcar. (1970), “Libertação nacional e Cultura”. (Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Syracuse, EUA – Programa de Estudos da África de Leste, em 20 de fevereiro de 1970). Consultado em 20 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.buala.org/pt/mukanda/libertacao-nacional-e-cultura>
- Governo de Cabo Verde (2009), “Intervenção MC por ocasião do Encerramento do Fórum Cidade Velha Património da Humanidade”, 26 de janeiro. Consultado em 23 de dezembro de 2015, disponível em http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=1260:intervencao-mc-por-ocasio-do-encerramento-do-forum-licidade-velha-patrimonio-da-humanidad&catid=13&Itemid=74&lang=pt. 2009
- Gilroy, Paul (2002), “O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência”, *Revista de Antropologia*, 45(1), 273-278.
- Hall, Stuart (1999), “Un-settling ‘the Heritage’, Re-imagining the post-nation Whose Heritage?”, *Third Text*, 13(49), 3-13.
- Hodder, Ian (2010), “Cultural Heritage Rights: From Ownership and Descent to Justice and Well-Being”. *Anthropological Quarterly*, 83(4), 861-882.
- Lopes, Baltasar (1956), “Cabo Verde visto por Gilberto Freyre”, *Cabo Verde*, Ano 8, n.º. 85. 3-13.
- Lopes, José (1929), *Jardim das Hespéridas; Sonetos do Livro Hesperitanas*. Lisboa: J. Rodrigues.
- Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Ordem de Serviço nº 07848 de 5 de novembro de 1938.
- Silva, António Correia e (1995), “Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico”, in Maria Emília Madeira Santos (coord.) *Historia Geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: IICT/INCC, vol. 2, 1-16.
- UNESCO (2009), “Cidade Velha, Historic Centre of Ribeira Grande”. Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/1310.%202011>
- UNESCO (2009), “The Criteria for Selection”. Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/criteria/>
- UNESCO (2009), “Cultural properties - New Nominations - Cidade Velha, Historic Centre of Ribeira Grande (Cape Verde)” Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/decisions/1952>